

**O ESTADO QUE MATA E O PARALELO QUE ACOLHE? REFLEXÕES
SOBRE A JUVENTUDE NEGRA, A NECROPOLÍTICA E O CRIME
ORGANIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Afya Centro Universitário de Ji-Paraná, na disciplina de Trabalho de Conclusão II, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Prof. Orientador: Ma. Aline Cirilo Caldas

Ji-Paraná
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

S237e Santos, Ana Valéria Lima dos.

O Estado que mata e o Paralelo que acolhe? Reflexões sobre a juventude negra, a Necropolítica e o crime organizado. / Ana Valéria Lima dos Santos. – Ji-Paraná, 2025.

6 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Afya Centro Universitário de Ji-Paraná, 2025.

Orientadora: Prof.^a Ma. Aline Cirilo Caldas.

1. Jovem negro. 2. Discriminação Racial. 3. Necropolítica. 4. Criminalidade. I. Caldas, Aline Cirilo. II. Título.

CDU 343.973

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Giordani Nunes da Silva CRB 11/1125

O Estado que mata e o Paralelo que acolhe? Reflexões sobre a juventude negra, a Necropolítica e o crime organizado

Ana Valéria Lima dos Santos¹, Aline Cirilo Caldas²

¹ Acadêmico do 10º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: anavaleriasantos99@gmail.com.

² Professora orientadora, Professora orientadora, Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2022). E-mail: aline.caldas@afya.com.br.

1. Introdução

O Estado brasileiro se desenvolveu sob díspares fatores, originados principalmente de uma evolução histórica, política e cultural. No período colonial, o que se observava era uma sociedade formada por castas, na qual as pessoas eram divididas, sob uma realidade escravocrata, a partir do fenótipo e da cor da pele.

No entanto, mesmo com a promulgação da constituição de 1988, a qual rompe com o estado *in quo ante* referente à segregação e, conseqüentemente, confere aos indivíduos direitos e garantias fundamentais, ainda perdura na sociedade a manutenção de um sistema que atribui aos indivíduos negros uma posição de subalternidade e marginalização.

Assim, considerando a primazia da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico, a presente temática se desenvolve sob uma relevância política e social, uma vez que, ao mesmo tempo, que se investigam os fatores sociais e políticos que delimitam a atual estrutura social do país, se faz necessário o apontamento no tocante à aplicação das políticas públicas adotadas pelo Estado em relação à juventude negra, mormente à luz da necropolítica e seus efeitos na vida dessa população. Nesse sentido, se pretende investigar, por meio de uma pesquisa exploratória, como o Estado, por meio de suas políticas públicas e de seu controle repressivo, contribui para o fortalecimento do poder paralelo e, conseqüentemente, para inserção da juventude negra para criminalidade.

Assim, sob uma ótica interdisciplinar, o presente trabalho se debruçará em compreender como a necropolítica, enquanto fenômeno estatal, provoca a marginalização e a seletividade da lei penal com base no fenótipo e na cor da pele, bem como analisar o surgimento e evolução das facções no Brasil e sua relação com o aumento da criminalização da juventude negra. Para essa finalidade, será realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se da técnica indireta para levantamento de dados e obras bibliográficas, a fim de se analisar relação ente o fortalecimento do poder paralelo e a atuação repressiva e iníqua pelo Estado em relação à juventude negra.

2. Materiais e métodos

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica exploratória (Lakatos & Marconi, 1996), fundamentada na revisão documental. A coleta de dados foi realizada por meio de documentação indireta em plataformas acadêmicas, como *Google Scholar*. Os materiais selecionados foram publicados no idioma português, no período de 2002 a 2020. Foram definidos como critérios de inclusão artigos que realizassem uma abordagem interdisciplinar sobre o conceito de necropolítica, racismo e poder paralelo. Após a aplicação dos critérios, a amostra final foi composta por 06 (seis) materiais bibliográficos, divididos em artigos e livros.

3. Resultados e Discussões

O processo colonial brasileiro, marcado principalmente pela violência física contra o autóctone, o indígena, e contra o estrangeiro retirado de seu país de origem, o afrodescendente, demarca o início do controle sobre os corpos negros no país, visto que é por meio do trabalho forçado, baseado na superioridade econômica e, supostamente intelectual, do homem branco em relação às demais etnias, que a submissão se inicia e, conseqüentemente, a violação à identidade e à dignidade dos sujeitos em posição de subserviência.

Ao jovem ou à jovem negra não foram ofertadas muitas funções e oportunidades que dissonavam da realidade escravocrata, tendo em vista que

a abolição não demarcou a quebra da marginalização vivenciada pela população negra, mas demonstrou, de modo demasiadamente tardio, que essa população não distinguia dos demais entes, isto é, a fisiologia, o sensorial e, sobretudo, o direito à dignidade, não divergiam.

No mais, para autores como Nascimento (2016, p.101) “o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida”. Para ele, o racismo se consolida sobretudo por meio da institucionalização de políticas que mitigam ou sequer abarcam as necessidades vindicadas por determinadas parcelas da população, fator este que robustece a estratificação social vivenciada até os dias atuais.

A necropolítica, termo cunhado pelo filósofo Achille Mbembe, é o principal instrumento do controle repressivo estatal na "seleção" dos considerados criminosos, seleção pautada em demarcadores sociais e raciais, o que resulta na atribuição ao jovem negro de uma condição ora de subalternidade ora de violência.

Ademais, importante mencionar que a criminalidade, quanto atrelada ao contexto socioespacial e sociocultural do país, demonstra que o marcador racial faz parte de sua existência, não necessariamente sob uma relação de concausa, mas sim de uma relação, na qual há um sujeito e um objeto vindicado, sendo aquele o jovem negro e este o poder econômico e o reconhecimento social. Desse modo, a entrada do jovem negro na criminalidade, como no tráfico de drogas, não representa, no contexto social, mecanismo de ascensão social errado ou certo, mas consequência de um estado de iniquidade e de mazelas, na qual o indivíduo, enquanto produto de seu meio, se submete a situações degradantes e atentatórios a sua dignidade.

A saber dessa relação entre criminalidade e a população negra, o autor Diogo Reis (2017, p. 42) aduz que “o tráfico surge como uma alternativa viável, geralmente entendida como a única diante de um leque de oportunidades limitadas para aqueles que trazem consigo as características de um povo marcado pela exclusão e preconceito”

4. Considerações finais

O presente trabalho alcançou seus objetivos ao analisar, sob uma ótica interdisciplinar, a intersecção entre a necropolítica, a criminalização da juventude negra e o poder paralelo no Brasil. Inicialmente, a pesquisa permitiu compreender que a necropolítica, enquanto instrumento do poder estatal, se enraíza no período colonial brasileiro, demarcando a exploração histórica e contínua dos corpos negros. A análise do contexto sociocultural, político e histórico demonstrou que a evolução da criminalidade e a inserção da juventude negra em facções criminosas são reflexos da persistência de um ciclo de exclusão social que lhes atribui papéis de subalternidade.

Portanto, a presente pesquisa contribui para uma análise crítica e social sobre a permanência de um *status quo ante* marcado por uma violência estatal racialmente direcionada, o que evidencia que a justiça criminal no país e o modelo de segurança pública são caracterizados sobretudo por uma estrutura que atribui ao jovem negro um papel de criminoso e subalterno à própria história. Assim, considerando a relevância do tema para se compreender as estruturas sociais vigentes, sugere-se a realização de pesquisas empíricas focadas na análise real de como a presença de tais desigualdades contribui para a inserção do jovem negro na criminalidade e, ao mesmo tempo, demonstra que as garantias presentes no ordenamento jurídico brasileiro são ineficazes quando a realidade enfrentada por esses entes se mantém até os dias hodiernos.

5. Referências

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas 2016.

REIS, Diogo André Aires. **Racismo, morte e criminalidade: a imagem do jovem negro como inimigo do Estado**. São Luís, 2017. 80 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2017.